



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues

Of. n.º 122 | CNECP | 2017

27-10-2017

Assunto: Relatório de deslocação a Talin - Estónia

Junto se envia a Vossa Excelência, para os devidos efeitos, o Relatório da deslocação à XI Conferência Interparlamentar sobre Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD), realizada em Talin de 7 a 9 de setembro de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)



11.ª Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD)

TALIN, 7 A 9 DE SETEMBRO DE 2017

- Relatório -

No âmbito da dimensão Parlamentar da Presidência estónia do Conselho da União Europeia, o Presidente do Parlamento da Estónia e os Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, enviaram à Assembleia da República convite para participar na Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Defesa Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (CiP PESC-PCSD), que decorreu em Talin, nos dias 7 e 9 de setembro de 2017¹.

A delegação da Assembleia da República teve a seguinte composição:

- Deputado Paulo Pisco (PS), membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Chefe de delegação;
- Deputado Sérgio Azevedo (PSD), membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- Deputado Carlos Costa Neves (PSD), membro da Comissão de Defesa Nacional;
- Deputado José Miguel Medeiros (PS), membro da Comissão de Defesa Nacional;
- Deputada Maria Luís Albuquerque (PSD), membro da Comissão de Assuntos Europeus;
- Deputada Francisca Parreira (PS), membro da Comissão de Assuntos Europeus.

O apoio técnico à delegação foi assegurado pelo Chefe da Divisão de Apoio às Comissões, Bruno Dias Pinheiro, e pela Assessora da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Anabela António.

Quinta-feira, 7 de setembro de 2017

16h00 - 17h00: Reunião do Grupo MED

No seguimento das reuniões informais havidas em Atenas (16 de maio de 2016), em Bratislava (2 de setembro de 2016), em Haia (6 de abril de 2016) e em Malta (26 de abril de 2017) do designado Grupo MED Parlamentar, que visa reunir os Chefes das Delegações dos Parlamentos

¹ A documentação referente à CiP, designadamente o programa, lista de participantes, documentos de enquadramento e sumário, podem ser consultados [aqui](#).



de Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Malta e Chipre à Conferência Interparlamentar sobre a PESC-PCSD, teve lugar um encontro informal deste fórum no dia 7 de setembro de 2017, no contexto desta Conferência realizada em Tallin.

Estiveram presentes representantes da Assembleia da República (Deputado José Miguel Medeiros, do PS, pela Comissão de Defesa Nacional), do Congresso espanhol, do Parlamento helénico e da Câmara dos Representantes de Chipre, registando-se a ausência de ambas as Câmaras dos Parlamentos francês e italiano e da Câmara dos Representantes de Malta.

Havia ficado acordado, na reunião em Malta, que caberia ao Congresso espanhol promover e presidir a esta reunião, tendo sido apresentada a seguinte agenda:

- i. A discussão da Declaração de Madrid de 10 de abril de 2017 (em anexo);
- ii. A definição de uma posição comum do Grupo a apresentar nos comentários finais à Conferência;
- iii. Discutir quais deverão ser as atividades a desenvolver em futuras reuniões;
- iv. A eleição do membro a organizar a próxima reunião; e,
- v. Quaisquer outros assuntos que os membros considerem pertinente discutir.

Carlos Rojas, Presidente da Delegação espanhola, deu início aos trabalhos, fazendo referência aos documentos circulados e enfatizando algumas das questões que, do seu ponto de vista, deveriam merecer ponderação aprofundada: no âmbito do combate ao terrorismo, a maior cooperação com os países de origem, a cooperação policial e dos serviços de informação, bem como a prevenção da radicalização *online*.

No que diz respeito à Conferência, e referindo-se ao facto de a Presidência estónia ter anunciado que não haveria lugar à adoção de Conclusões dos trabalhos, sugeriu que as delegações do Grupo MED ponderassem a apresentação de um texto comum. Por fim, propôs a realização de uma reunião autónoma deste grupo, possivelmente em Espanha, para decidir a estrutura, o formato e as áreas a aprofundar na cooperação entre os países MED.

Costas Douzinas, representante do Parlamento helénico, começou por recordar as origens deste grupo, nomeadamente a necessidade de afirmar os interesses dos países do sul da UE e contrabalançar outros formatos regionais que influenciam a tomada decisão a nível europeu. Identificou, em seguida, três áreas de cooperação: i) o terrorismo; ii) os fluxos migratórios, enfatizando que não se deve relacionar com o terrorismo; iii) o futuro da UE.



Por outro lado, afirmou que deve ser debatida a ideia de organizar reuniões destas (Grupo MED) fora do contexto da Conferência interparlamentar, com temas concretos, painéis de peritos e fora de discussão, de modo estruturado e mais focado.

Aristos Damianou, representante da Câmara dos Representantes de Chipre, começou por sublinhar que é igualmente importante analisar as condições sócio-económicas dos países do Sul após a crise, considerando igualmente que deveriam ser estabelecidas reuniões periódicas do grupo MED fora do contexto das Conferências interparlamentares.

A delegação cipriota interveio ainda para afirmar que deveria ser feita uma intervenção em Plenário da Conferência, com as principais preocupações do Grupo MED, referindo que a nova governação económica e da zona euro é um tema decisivo.

O Sr. Deputado José Miguel Medeiros começou por referir que é importante assegurar a presença de todos os Parlamentos que integram este grupo informal, considerando que seria importante a presença de França, Itália e Malta para se tomarem decisões de maior alcance. Por outro lado, e do ponto de vista da evolução futura deste fórum, afirmou que deve ser ponderada uma organização mais aprofundada da fase preparatória destas reuniões, com circulação prévia de documentos e posições, com a troca de impressões sobre os temas que permita uma discussão mais focada no escasso tempo de debate disponível.

Relativamente às próximas reuniões, considerou que deveria ser promovido um debate sobre a metodologia e temas a tratar, sendo que estes não poderão afastar-se das temáticas tratadas no âmbito da Conferência PESC-PCSD.

O chefe da delegação helénica afirmou que seria importante lançar as bases das próximas reuniões, criando um grupo ad-hoc para debater o formato respetivo (quantas reuniões, locais, periodicidade, organização).

O chefe da delegação espanhola sugeriu que, sendo Chipre o anfitrião da próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros do Sul da UE, que se poderia igualmente organizar uma reunião ad-hoc nesse país para debater o modelo futuro deste Grupo MED parlamentar.

O chefe da delegação cipriota concordou, referindo porém que teria de validar essa decisão com o Presidente do respetivo Parlamento, dado que o país terá eleições presidenciais dentro de quatro meses. Por conseguinte, ficou incumbido de, havendo resposta positiva, informar os demais Parlamentos sobre as datas e temas dessa reunião ad-hoc.



Não foram adotados quaisquer documentos, tendo a reunião terminado pelas 17h.

17h30 - 19h00: Reunião dos Chefes de Delegação sobre desafios em matéria segurança regional

O *briefing* foi introduzido por iniciativa da Presidência Estónia, em coordenação com a troica, como uma das inovações no formato destas Conferências. O objetivo é proporcionar um debate à porta fechada com os chefes de delegação, sobre temas de interesse comum.

No caso concreto, foram convidados os responsáveis dos serviços de informação estónios (externos e de defesa) para um *briefing* sobre os desafios de segurança regional, o qual incidiu, quase em exclusivo, sobre a relação com a Rússia.

Foi solicitado que o teor deste *briefing* se mantivesse reservado, pelo que se apresenta aqui uma síntese breve dos principais pontos:

1. Os principais vetores da política externa russa são o desejo de restaurar o seu papel como potência global, contrariando a ideia de um declínio após o fim da URSS. Neste âmbito, a aspiração russa é a de ser reconhecida pela União Europeia (UE), como uma potência incontornável nas principais questões internacionais, bem como, preservar o seu papel regional na zona eurasiática;
2. Neste contexto, a Rússia utiliza aquilo que considera ser uma abordagem multidimensional nos seus instrumentos de política externa, designadamente, o poder económico, os elementos de guerra híbrida, e o facto de não ter reservas na utilização efetiva de meios militares, como o fez na Geórgia e na Ucrânia;
3. A Rússia continua a investir fortemente na Defesa, estimando-se que esse investimento represente cerca de 5% do seu PIB;
4. A política de sanções da UE tem produzido efeitos na capacidade militar russa, estimando-se que tenha atrasado em cerca de dois anos a reforma militar que o Presidente Putin pretende implementar, especialmente, pela dificuldade de aprovisionamento e contratação;
5. Há sinais de insatisfação popular, fruto dos problemas económicos que a Rússia enfrenta;
6. Considera-se que o regime russo é irreformável com os atuais protagonistas, sendo que, qualquer evolução apenas poderá ter lugar através de uma mudança de regime, sendo



de concluir que não é previsível uma melhoria das relações da Rússia com o Ocidente nos próximos tempos;

7. Para as Presidenciais de 2018, o protagonista que o regime russo segue mais atentamente é Alexey Navalny, o qual tem um forte apoio popular. Estima-se que o próximo mandato de Vladimir Putin seja mais difícil, especialmente pelas frágeis condições económicas em que a Rússia se encontra, as quais são ampliadas pelas sanções internacionais;
8. O alerta principal vai no sentido de considerar que a Rússia está mais agressiva e militarmente mais poderosa do que há dez anos atrás.

Sexta-feira, 8 de setembro de 2017

9h15 - 9h45: Sessão de Abertura

A Conferência teve início com o discurso proferido pelo Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento da Estónia, **Marko Mihkelson**, o qual fez referência a alguns dos assuntos que iriam ser discutidos ao longo da Conferência. De entre eles, fez uma chamada de atenção para a importância da internet para a Estónia, os desafios na relação com Rússia, Coreia do Norte e China, o *Brexit* e as eleições legislativas nos vários Estados-membros. Relembrou que os cidadãos não estão satisfeitos com a UE mas não votam no sentido da saída.

Em seguida, tomou a palavra o Presidente do Parlamento da Estónia, **Eiki Nestor**, para referir a necessidade dos Estados-membros respeitarem os valores que têm em comum, avançarem na concretização do mercado digital e desenvolverem a componente da cooperação na Defesa. Neste capítulo, lembrou que, graças à cooperação com os Estados-membros e a NATO, o espaço aéreo da Estónia está protegido, permitindo às novas gerações crescerem numa Estónia livre e sem medo da guerra.

Por fim, interveio o Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu, **David McAllister**, sublinhando que os desafios *supra* referidos, assim como, os das alterações climáticas devem ser abordados de forma multilateral, considerando que a UE tem potencial para estar no pelotão da frente na sua resolução. Referiu ser necessário, desenvolver uma nova forma de pensar a ação da UE, de dar resposta às preocupações dos cidadãos, pelo que, a ideia deverá ser não transformar a Europa num continente fortaleza, mas sim de solidariedade e com capacidades na área da Defesa.



9h45 - 10h45: Sessão I - A importância da Europa num contexto global

Iniciou a sessão a Presidente da República da Estónia, **Kersti Kaljulaid**, lembrando que a Europa é importante porque tem uma grande **relevância económica** no mundo, mas também, pelos **valores** que perfila, seja pela obrigação moral de ajuda aos **refugiados**, seja pela **ajuda ao desenvolvimento**.

Neste capítulo, lembrou as conclusões dos relatórios do Tribunal de Contas Europeu, dizendo que a Europa tem de assumir responsabilidades sobre o dinheiro que gasta fora das suas fronteiras, no sentido de, procurar uma maior **eficiência**, a qual passa pelo reforço dos **direitos dos cidadãos** e por uma maior cooperação com o trabalho desenvolvido pelas **Nações Unidas**. Deixou também uma nota positiva, referindo que a Europa desenvolve um trabalho muito relevante na ajuda ao desenvolvimento mas não tem feito uma boa **divulgação** do mesmo, nem tem conseguido desenvolver uma **estratégia unívoca**.

Referiu que a **democracia** é uma construção demorada, sendo necessário tornar a linguagem mais clara para os cidadãos, pondode lado os acrónimos. A **cooperação na área da Defesa** tem percorrido um caminho acidentado mas entende existir uma maior cooperação e unidade entre Estados-membros nesta matéria, do que no âmbito da **política externa**, questionando-se a Presidente sobre o porquê.

O Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI), **Alexander Stubb**, tomou a palavra, estatuinto três pontos-chave na compreensão da importância da Europa no mundo. O primeiro diz respeito ao momento pós II guerra mundial, caracterizado pela criação das organizações internacionais e da UE, a qual, foi criada para alcançar quatro objetivos, a saber, a paz, a prosperidade, a estabilidade e a segurança. O segundo teve lugar em 1989, o fim da guerra fria e a queda do regime soviético, demonstraram que o modelo de economia de mercado era o único modelo económico bem-sucedido. O terceiro é constituído pelo *Brexit* e a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA.

Este terceiro momento deve ser interpretado como o fim da preponderância anglo-saxónica no palco mundial, sendo que o Reino Unido está voluntariamente a marginalizar-se e a presidência Trump defende o isolamento dos EUA. Nessa medida, a questão que se coloca é: quem deverá preencher este vazio? A China preencherá este vazio na parte económica, a Rússia na parte militar e a Europa? A resposta da Europa deverá ser: 1) defender os valores tradicionais, tais como, os direitos humanos, os direitos fundamentais, a democracia e a economia de mercado, tanto na palavra, como na ação, de forma a, não dar espaço ao crescimento dos populismos; 2) ter um papel forte na economia global, na prossecução do livre comércio e no estabelecimento de acordos internacionais; 3) desenvolver a Defesa e a segurança da UE, pela complementariedade e cooperação. Este é o caminho. No Debate que se seguiu intervieram



vários participantes, destacando-se, as duas questões colocadas pela Senhora Deputada **Ana Gomes** (Parlamento Europeu), procurando saber se, com a saída do Reino Unido da UE, não será este o momento de a UE ter um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas e sobre quais as medidas que devem ser tomadas na reforma económica e política a efetuar na UE.

O **Senhor Deputado Paulo Pisco** (PS, CNECP) usou da palavra para sublinhar que a importância da Europa num contexto global é uma questão que deve ser mantida viva. Nessa medida e tendo em conta, a crise das dívidas soberanas, a consequências da descrença dos cidadãos no projeto europeu e o *Brexit*, e o facto de atravessarmos um momento de maior tranquilidade, quais deverão ser as lições a retirar da crise das dívidas soberanas.

A resposta dos Oradores à questão colocada pelo Senhor Deputado foi a seguinte:

Kersti Kaljulaid – após a crise das dívidas soberanas, a UE reforçou a componente da integração, de forma a, responder a esse desafio. No âmbito da da Política Externa e de Defesa a UE está a responder à estratégia da Rússia mantendo-se unida.

Alexander Stubb - a crise do euro é um exemplo de uma crise silenciosa para a qual foram encontradas soluções. A liderança global não deve ser apenas vista pelo prisma da despesa com Defesa mas sim pelo prisma do respeito que o mundo tem por essa liderança. Concorda com a visão de que a estratégia da Rússia é criar a desunião no seio da UE, uma vez que, não existe uma liderança clara dos EUA neste momento.

11h15 - 12h45: Sessão II - Fortalecer o papel da UE nas relações transatlânticas e com o Ocidente

Teve início com uma intervenção, previamente gravada em vídeo, do Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros da Câmara dos Representante do Congresso dos EUA, **Ed Royce**, na qual referiu, existirem alguns contratempos nas relações entre a UE e os EUA mas a **UE, continua** como há 30 anos atrás, **a ser importante para os EUA**. Tal é assim, uma vez que, o grande objetivo dos EUA é que continue a existir uma **Europa em paz e próspera**, pelo que, é fundamental dar continuidade às negociações do **Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)**, sendo esta a posição do Congresso. A Presidência estónia do Conselho da União Europeia terá um papel importante para a continuidade dessas negociações porque é um país que defende o livre comércio. Considera também que, apesar de as tarifas existentes, no âmbito do comércio internacional entre UE e os EUA, já serem baixas,



a concretização do TTIP terá uma enorme impacto na intensificação das trocas comerciais entre ambos, uma vez que, já representam 30 por cento do comércio mundial.

No que diz respeito à questão da segurança, a posição dos EUA é dar continuidade à **aprovação de sanções contra a Rússia** e, como tal, ao apoio da posição da UE nesta matéria, sobretudo no seu direcionamento contra **Vladimir Putin**, porque se trata do homem mais rico da Rússia. O objetivo deve ser fazer entender áqueles que ocupam o poder na Rússia, que as suas ações serão penalizadas. No entanto, devem existir *trade offs*, porque é importante manter a Rússia na mesa das negociações.

Os EUA também mantêm o apoio à UE, no que respeita, à defesa dos valores da liberdade e dos direitos humanos, assim como, a necessidade de existirem meios de comunicação livres que produzam informação gratuita, objetiva e fiável.

Tomou a palavra o Membro sénior e não-residente do Conselho Atlântico do Centro Internacional de Segurança Internacional Brent Scowcroft, **Robert Nurick**, referindo que a presidência Trump deve ser motivo de preocupação mas não de pânico, considera que, no que diz respeito à NATO, **houve uma evolução positiva na visão que o Presidente dos EUA tem sobre esta organização**. Por outro lado, como existe um consenso entre os partidos republicano e democrata no Congresso, tal permite exercer alguma pressão sobre a posição do Presidente. No que respeita ao ***burden sharing* no financiamento da NATO**, o Presidente decidiu delegar este assunto pelo que a questão está bem encaminhada. Já no que diz respeito ao *burden sharing* e à regra dos dois por cento, essa questão considera ser mais preocupante, pelo que é importante os aliados concertem posições sobre a forma como deverá ser aplicada.

Está mais pessimista sobre a situação da **Geórgia e da Ucrânia**, uma vez que, apesar de existir um consenso generalizado no Congresso e na Presidência Trump sobre a posição a adotar, não sabe de que forma é que ela poderá ser concretizada. No que diz respeito à Ucrânia, é necessário que seja criado um **compromisso político interno** e haver **melhoria das condições económicas**, de forma a, fortalecer a sua posição estratégica face à Rússia. Já no que respeita à **Rússia**, não existe um consenso nos EUA sobre como deverá ser **estabelecido o diálogo**, quais deverão ser as prioridades a adotar e quais deverão ser as condições a impôr.

Considera importante que as relações transatlânticas incidam sobre questões como a segurança, a proliferação do nuclear, a situação na Síria e do terrorismo, embora não saiba como o diálogo deverá ser desenvolvido.



Sobre a **Cimeira de Saint-Malo**² lembrou que, à época, os EUA viram com preocupação as decisões tomadas pelos líderes europeus, porque consideravam que a Europa se iria afastar da NATO. Esta preocupação diminuiu mas não desapareceu. Nessa medida, considera que é necessário criar uma estratégia de educação da classe política nos EUA sobre o **funcionamento da UE**, tendo esta um papel muito importante a desempenhar nessa estratégia. Assim, sendo importante que a UE reforce a **integração no âmbito da Defesa**, é aconselhável que o faça em coordenação com a NATO, porque é necessário manter um diálogo estreito com os EUA, Congresso e Presidência incluídos, porque a Presidência atual não vai durar para sempre e esta ponte deverá ser fortalecida para **não alimentar o medo e as suspeições** nas relações transatlânticas.

Por fim, tomou a palavra o Conselheiro do Presidente do Conselho da Europa, **Wouter Coussens**, defendendo que o anúncio da **morte do Ocidente** é exagerado. Apesar da divergência em alguns pontos de vista, a **cooperação entre os EUA e a UE continua a ser estreita**, devendo ser valorizado o consenso político que existe no Congresso em torno da UE. A esse propósito, lembrou o discurso de [Javier Solana](#), numa época difícil para as relações transatlânticas, no qual referia que ambos os blocos são **amigos e parceiros**. É assim, que as relações transatlânticas se devem manter para que ambos os blocos possam sobreviver num mundo em mudança, sendo importante **serem vistos unidos no palco global**.

Por outro lado, na visita do Presidente dos EUA à Polónia, aquele referiu ser uma bênção existir união nas relações transatlânticas, pelo que o caminho deverá ser a UE melhorar a integração no âmbito da Defesa, através da **PESCO**. É necessário não atacar os sintomas mas sim resolver os problemas, pelo que, a UE necessita do apoio dos EUA e dos parlamentos dos Estados-membros para aplicar o [Acordo de Paris](#). A finalizar, ambos partilham **valores fundamentais**, estiveram juntos na criação das **organizações internacionais** que regulam o palco mundial, facto que tem ajudado a manter a estabilidade no mundo e assim deverá continuar.

No Debate que se seguiu intervieram vários participantes, dos quais, se destaca o **Senhor Deputado Carlos Costa Neves** (PSD, CDN) que tomou a palavra para referir ter tomado nota, no decorrer da intervenção de **Robert Nurick**, de que nos EUA existe ainda um grande desconhecimento sobre o funcionamento da UE, e na intervenção de **Ed Royce**, da referência ao papel da Presidência estónia do Conselho da União Europeia terá nas negociações do TTIP por a Estónia ser um país que defende o livre comércio, mas notou que não foi feita nenhuma referência concreta ao conteúdo das negociações, assim como, existindo um grande simbolismo

² **Cimeira de Saint-Malo** foi um encontro entre os chefes de estado e de governo do Reino Unido e da França realizado em Dezembro de 1998 naquela cidade francesa, do qual resultou uma declaração conjunta que marca o nascimento da Política de Defesa e de Segurança Comum da União Europeia.



na meta dos 2 por cento da despesa em Defesa, não foi referido como este objetivo deverá ser posto em prática.

A resposta dos Oradores à questão colocada pelo Senhor Deputado foi a seguinte:

Robert Nurick – a Alemanha tem por objetivo aumentar os gastos em Defesa, pelo que, este Estado-membro ao aplicar a regra dos dois por cento provocará um impacto económico significativo e o aumento do seu poderio, o que obrigará a um ajustamento no âmbito da UE a esta nova realidade. Por outro lado, aumentar o nível de Despesa na área da Defesa é fácil mas também é necessário identificar outras prioridades neste âmbito e trabalhá-las, questão que prevê será discutida na próxima Cimeira da NATO.

Wouter Coussens – concorda com o entendimento de **Robert Nurick** e considera que é necessário ser cuidadoso com esta alteração na estrutura da despesa dos Estados-membros, em que o investimento passa a estar mais focado na Defesa.

14h30 - 16h30: Sessão III - Troca de pontos de vista sobre as prioridades da UE na PESC e PCSD

A Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, **Federica Mogherini**, apresentou as principais [conclusões do Conselho informal de Ministros dos Negócios e de Defesa](#) (Gymnich), referindo que a principal prioridade foi concertar posições na questão relacionada com a **Coreia do Norte**. Foi decidido apresentar uma proposta no **Conselho de Segurança das Nações Unidas** para **aumentar a pressão económica e abrir um canal diplomático** para estabelecer um diálogo com a Coreia do Norte, aproveitando o facto de existirem sete Estados-membros que possuem **representação diplomática** naquele país. A UE tem bons contactos e relações diplomáticas naquela região, além da ausência de uma agenda particular, o que lhe confere uma posição privilegiada para ajudar a encontrar uma solução não militar.

O nível de preocupação com a atuação da Coreia do Norte aumentou transformando aquele país não só numa **ameaça regional mas também global**, sobretudo pelo facto de a questão nuclear ser muito sensível para a UE. Nessa medida, os Estados-membros decidiram optar pela pressão económica, porque a **via militar constitui uma solução muito perigosa**.

Sobre o processo de paz no **médio-oriente**, os Estados-membros continuam a defender a **solução de dois Estados**, tendo sido decidido rever o apoio que está ser dado no terreno, de forma a, dar sequência a esta posição. Considera que a UE deve **reafirmar a sua posição** neste domínio porque este assunto pode voltar à ordem do dia a qualquer momento.



Sobre a situação na **Venezuela**, é entendimento dos Estados-membros que a UE deve prosseguir a estratégia seguida até aqui, de **cooperação com os países parceiros da UE na América Sul**, consubstanciada no acompanhamento da situação. Informou que foi posta em cima da mesa a possibilidade de **aplicação de sanções económicas** não tendo, até ao momento, os Estados avançado nessa direção por considerarem ainda existir **espaço para a via diplomática**.

Em relação à **Parceria Oriental**, esta continua a ser uma prioridade para a UE, por constituir um espaço importante de trabalho sobre **interesses comuns** tais como o combate ao **terrorismo** e à radicalização, assim como, em **políticas específicas**, de forma a, preparar o terreno para a **integração**. É previsível que alguns dos países que compõem a Parceria Oriental consigam atingir o objetivo da integração em detrimento dos outros mas a questão fundamental é manter uma **relação estreita** com estes últimos.

No âmbito da **Defesa**, foi feito um ponto de situação sobre as missões da UE nas regiões do **Sael e Corno de África**, tendo sido, reafirmado pelos Estados-membros a estratégia de assistência no âmbito da **segurança e de apoio ao desenvolvimento**. O objetivo último é o **combate ao tráfico de droga, de armas e de pessoas na região**. Na região do Sael, a UE está a trabalhar em duas frentes - apoio ao desenvolvimento e o destacamento de missões civis e militares – tendo por objetivos a **manutenção da estabilidade** e a formação das forças de segurança locais. Sobre a **Líbia**, sendo a situação política instável, a solução encontrada pela UE é o reforço das operações no Sael. Na **Somália**, a operação Atlanta foi prorrogada e manter-se-á o apoio ao desenvolvimento por parte da UE.

Relativamente à **PESCO**, a previsão existente é a de que o processo de lançamento esteja **terminado até ao fim do ano de 2017**. O desejo da Alta-Representante é o de que os Estados-membros apresentem a sua intenção de participar neste processo de cooperação já no mês de outubro. Clarificou que este processo **não tem por objetivo o aumento da despesa** na área da Defesa, mas sim, **melhorar a gestão dos meios existentes e desenvolver a indústria de defesa** europeia.

Terminou, referindo que o objetivo da UE é o de **continuar o trabalho de melhoria da segurança dos europeus**, nomeadamente, através do destacamento de missões civis e da criação do **Fundo de Defesa**.

No Debate que se seguiu intervieram vários participantes, dos quais, se destaca a Senhora Deputada **Ana Gomes** (Parlamento Europeu) para referir que entende que a atuação da UE no Sael não deve ser um mecanismo de detenção de pessoas em campos de refugiados e que a UE deve avançar para uma reforma fiscal porque a livre circulação de capitais constitui uma forma de financiamento do terrorismo.



O Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD, CDN) tomou a palavra para referir que acolheu com agrado as conclusões da reunião do Conselho informal, na medida em que, é positivo ter um roteiro concreto de aplicação das medidas propostas nas conclusões do Conselho Europeu de junho. Questionou a Alta-Representante sobre a relevância de um acordo entre os Estados-membros que estabeleça um compromisso no âmbito da despesa em Defesa que defina se o teto dos dois por cento se aplica ao conjunto ou a cada Estado-membro individualmente considerado. A segunda questão colocada incidiu sobre a evolução da situação nos Balcãs Ocidentais.

Na resposta dada pela **Alta-Representante** às questões colocadas, esta insistiu na ideia de que deve pertencer aos Estados-membros a decisão sobre quanto e como querem aplicar os gastos no âmbito da Defesa, competindo à UE apoiá-los, de forma a tornar essa despesa mais eficaz. Sobre os **Balcãs Ocidentais**, espera que até ao fim do mandato da atual Comissão, alguns dos países que se situam naquela região tenham conseguido percorrer o caminho para a integração, porque essa é a resposta para garantir a segurança e o desenvolvimento económico daquela região. Lembrou que aqueles países já se encontram dentro das fronteiras da UE e que existe um apoio generalizado dos seus cidadãos à entrada na União. A população é composta essencialmente por pessoas jovens que querem pôr o passado da guerra para trás das costas e promover o desenvolvimento económico da região. Para tanto são necessárias reformas, sendo o processo de integração o incentivo perfeito para essa mudança.

O Senhor Deputado Paulo Pisco (PS, CNECP) tomou a palavra para lembrar que a Venezuela está a vivenciar uma grande crise política, económica e social que está a afetar não só as pessoas oriundas daquela região mas também muitos europeus e descendentes de europeus que residem naquele país. Tendo em conta que, a posição da UE é a de não reconhecer a Assembleia Constituinte resultante do recente sufrágio que teve lugar naquele país, quais são os instrumentos que a Alta-Representante considera serem os adequados para encontrar uma solução. De que forma, devem ser protegidos os interesses daqueles cidadãos e deveria, ou não, a UE juntar-se à posição defendida pelos EUA de isolar o regime venezuelano da restante comunidade internacional.

Na resposta dada pela **Alta-Representante** às questões colocadas, esta reconheceu a importância que a UE tem nesta questão porque tem parceiros privilegiados na região, tais como, a Colômbia, que têm interesse em que haja estabilidade na região. Havendo muitos cidadãos com dupla nacionalidade, tais como portugueses, italianos e espanhóis, existe uma relação próxima, é como se fossemos uma família, pelo que, a UE deve preocupar-se com o destino da Venezuela. A posição da UE não deve ser a de comportar-se como uma potência ex-colonialista,



mas sim, a de manter um diálogo estruturado na ajuda dos parceiros que tem na região. Embora pareça difícil encontrar uma solução imediata, este assunto foi levado para Bruxelas, porque apesar de começar muito longe das fronteiras da União, envolve pessoas muito próximas da UE.

O Senhor Deputado Sérgio Azevedo (PSD, CNECP) tomou a palavra para relembrar que tendo Portugal assumido a presidência da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo e estando o terrorismo no topo da agenda da UE, é necessário aumentar o nível de prevenção neste domínio. Não obstante, o fenómeno do terrorismo é rápido e a UE tem demonstrado ser lenta a encontrar soluções para este tipo de problema. De que forma, pensa a Alta-Representante deverão ser aperfeiçoados os mecanismos de reação da UE na luta contra o terrorismo?

Na resposta dada pela **Alta-Representante** às questões colocadas, esta enfatizou que, no que diz respeito ao **combate ao terrorismo**, as decisões políticas a tomar na área da Defesa são um processo moroso porque o sistema de *checks and balances* tem de atuar e porque algumas decisões rápidas podem ser precipitadas. Isso não significa, contudo, que a UE não deva ser mais rápida na sua atuação. Na verdade, a operação *Sophia* é um exemplo de uma decisão política que foi tomada com rapidez, existindo outros casos semelhantes. **A segurança interna é uma atribuição dos Estados-membros** mas existem áreas no combate ao terrorismo em que a UE pode atuar, tais como, colocando especialistas nesta área a recolher informações nas diversas representações diplomáticas da UE. **A partilha de informação** entre Estados-membros é fulcral na prevenção do terrorismo, porque existe liberdade de circulação de pessoas no seio da UE, o que obriga ao abandono de velhos paradigmas. Relativamente à **parceria UE-África**, esta constitui uma aposta essencial e estratégica na promoção da segurança da UE mas também constitui uma oportunidade importante de cooperação nas áreas da energia, economia e das alterações climáticas. Nessa medida é importante coordenar as diversas ações bilaterais em África com a atuação ao nível da UE. Aproveitou ainda para dar os parabéns à Presidência estónia por ter elegido esta parceria como uma prioridade apesar de ser um país que não tem qualquer ligação histórica com aquele continente.

A **Alta-Representante** terminou a sua intervenção, referindo que tem prosseguido uma agenda intensa de reuniões com altos representantes da China, Índia, África e América do Sul. Considera que existe uma janela de oportunidade para a **UE ter um papel global**, sobretudo com o reforço que foi dado à **construção europeia** na [Declaração de Roma](#), demonstrando que a UE é um bloco fiável, coerente que fala a uma só voz e que pode ser um importante **parceiro ao nível multilateral e bilateral** em várias áreas.

17h00 - 18h00: Sessão IV - Ponto de situação para lá das fronteiras da UE



O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Estónia, **Sven Mikser**, começou por referir que se trata de um assunto vasto, não existindo uma fronteira clara entre segurança interna e externa da UE. A União não pode impôr soluções nos diversos conflitos mundiais, sendo exemplo disso a questão ainda não resolvida da **agressão da Rússia à Ucrânia e da anexação da Crimeia**. Nesta matéria a posição da UE tem sido consistente e manter-se-á inalterada até os acordos de Minsk serem respeitados.

A **Parceria Oriental** é um grupo muito diverso de países, o que obriga a que não possa ser aplicada uma solução *one size fits all*, existindo ainda conflitos entre alguns desses países por resolver. Quanto à **Rússia**, os canais de comunicação devem manter-se abertos mas a pressão para o cumprimento das regras internacionais deve ser mantida.

A instabilidade na região do Sael torna a **Cimeira UE-África** torna este desafio numa oportunidade. A questão da **Síria** é muito complexa porque a solução para o conflito mexe com diferentes interesses dentro daquele país e com os países vizinhos, mas a posição deve ser: quem viola os direitos humanos deve ser penalizado. Na **Líbia**, a UE está a tentar estabelecer uma cooperação técnica para combater os desafios do tráfico de pessoas e quanto às migrações subsistem ainda questões por resolver, tais como, a realocização.

Foi discutido no Conselho informal a solução para o **conflito israelo-palestiniano**, sendo a solução defendida a solução de dois Estados. Nesta matéria, o papel da UE deve ser construtivo. Sobre os **EUA**, a posição que a Presidência Trump tem defendido em relação ao financiamento da **NATO** não é nova, pois já existia com outras Presidências, sendo as questões mais prementes o retomar das negociações relativas ao **TTIP** e às **alterações climáticas**.

No Debate que se seguiu intervieram vários participantes, dos quais, se destaca o **Senhor Deputado José Miguel Medeiros** (PS, CDN) que tomou a palavra para afirmar ser verdade que a UE tem envidado esforços no sentido de reforçar os níveis de segurança e de defesa, através de uma maior cooperação e coordenação entre as forças policiais e os serviços de segurança, pelo que, devíamos concretizar melhor o debate sobre como reforçar os esforços da UE, nas fronteiras a sul e a leste. Por outro lado, no que diz respeito ao terrorismo e à radicalização, temos assistido a ataques perpetrados em solo europeu, que demonstram existirem graves problemas graves de integração. Nessa medida, seria necessário desenvolver políticas ao nível da UE, nos planos sócio-económico e cultural, para melhor combater este fenómeno de radicalização?

Na resposta dada à questão colocada pelo Senhor Deputado, o Orador **Sven Mikser** reconheceu ser necessário perceber melhor as causas da radicalização em comunidades que,



aparentemente, estão bem intergradadas e isso significa que existe uma efetiva necessidade de reforçar a ligação entre a segurança interna e externa. Nessa medida, concorda que é necessário trabalhar em diversas frentes, tais como, a área da educação e da segurança interna.

Sábado, 9 de setembro de 2017

08h30 - 09h30: Seminários

1. Seminário: Os Balcãs Ocidentais

No discurso de **Jean-Claude Juncker** sobre o estado da União, será referida qual a posição da Comissão sobre o alargamento. A preocupação maior com a situação atual dos Balcãs Ocidentais reside no facto de as **condições económicas** serem ainda precárias, o que leva à **fuga das populações mais jovens** para países mais ricos, tais como, a Alemanha, o que agrava ainda mais o problema. Nessa medida, é essencial aumentar a performance económica e **acelerar o processo de integração** destes países.

Outra questão essencial nesta região é a **definição das fronteiras**. A título de exemplo registre-se o conflito existente entre a Croácia e a Eslovénia, o qual teve por consequência o bloqueio da entrada daquele país na OCDE. Por sua vez, existe também outros conflitos entre a Croácia e a Sérvia, entre a Croácia e o Montenegro e entre o Kosovo e a Antiga República Jugoslava da Macedónia. Desta forma, a estratégia deverá ser abordar todos estes problemas em simultâneo e **previamente à sua entrada na UE**, exercendo pressão para que haja vontade política nestes para procurarem soluções para estes problemas e, dessa forma, **dar esperança aos cidadãos** destes países de que o estado de coisas atual pode mudar.

Nessa medida, é necessário **garantir a existência do estado de direito** e de regimes democráticos a funcionar em pleno. A UE deve prosseguir uma abordagem flexível, nomeadamente, **não exigir que estes países sejam membros da NATO** para evitar potenciais conflitos com posição russa.

Acima de tudo, deve ser lembrado que os Balcãs Ocidentais estão na **linha da frente** da UE em **três áreas: migração, religião e étnica**. Se o processo de integração não avançar é previsível que dentro de dez anos **os conflitos a que assistimos há vinte anos, regressem**. Dessa forma, a estratégia que a UE deve seguir é a de ajudar a **construir uma relação de confiança** entre estes diferentes atores para que uma solução seja alcançada.



2. *Seminário: Coreia do Norte*

A questão da Coreia do Norte tem levado à alteração da ação dos países vizinhos. A **Coreia do Sul**, tinha seguido, até aqui, uma estratégia de não militarização mas a oposição tem forçado o debate sobre a tomada de medidas de dissuasão militar. A **China**, por seu lado, também demonstra preocupação, sobretudo devido à postura da Presidência Trump. A fronteira entre a China com a Coreia do Norte é uma das zonas mais pobres da China, o que leva ao receio de crise de refugiados nessa região. Por outro lado, o partido comunista está dividido sobre a estratégia a adotar, o que tem também contribuído para a inação da China. Não obstante, a China está aberta à aplicação de sanções. Para o **Japão**, o seu maior receio na região é a posição geoestratégica da China. Contudo, essa visão está a mudar. O presidente do Japão estava a perder popularidade devido a uma série de escândalos relacionados com suspeitas de corrupção. O ressurgir do problema com a Coreia do Norte levou à alteração dessa percepção, tendo os índices de aprovação subido, decorrendo agora uma discussão na opinião pública sobre uma revisão constitucional para albergar uma possível militarização do Japão. Não obstante, essa alteração teria de ser operada através de um referendo, não existindo, no momento, espaço político para o fazer. Por fim, a **Rússia**, está a considerar a colocação de mísseis na fronteira com a Coreia do Norte para reforçar a defesa do seu território.

A prossecução do programa nuclear, tudo indica, irá continuar até o presidente da Coreia do Norte entender ter uma posição de força para poder sentar-se à mesa das negociações. Nessa medida, a questão que se coloca para **deter esse desenvolvimento do programa nuclear é a aplicação ou não de sanções**. Um embargo ao nível do fornecimento de combustíveis não é viável por oposição da China não deixa. A aplicação de sanções financeiras não terá qualquer efeito num regime tão fechado e, tal não impedirá a companhia aérea da Coreia do Norte de continuar a operar e os seus navios de navegar em águas internacionais. Em suma, o drama fundamental na prossecução desta via é o facto e nunca nenhum outro país ter aguentado durante um período tão longo de isolamento internacional.

3. *Seminário: Rússia*

A Rússia deve ser vista para além da atuação de **Vladimir Putin**, uma vez que, existe uma **oposição** à sua perpetuação no poder, como é o exemplo, **movimento de cidadãos Open Russia**, o qual pugna pela restauração do estado de direito e da democracia na Rússia.

A questão da oposição interna ao poder de Vladimir Putin é muito relevante, na medida em que, o **Ocidente não tem apoiado** o suficiente estes movimentos de **oposição ao regime vigente**. Esta é uma atuação que deve ser alterada, uma vez que, se o regime vigente não respeita os



direitos dos seus cidadãos também não terá qualquer interesse em respeitar as regras do direito internacional.

Nessa medida, é relevante perceber de que forma o regime de Vladimir Putin perceciona as ameaças internas e externas ao seu poder. Têm decorrido **protestos em massa** por parte dos cidadãos russos de oposição ao regime, situação sobre a qual este não tem qualquer controlo. Do ponto de vista externo, as **sanções económicas continuam a ser a forma mais eficiente de colocar pressão sobre o regime.**

Não obstante, deve ser lembrado que o regime de Vladimir Putin não será eterno e que, como tal, é preciso pensar a **Rússia como um parceiro na Europa**, no qual é necessário apostar, uma vez que tem uma sociedade civil que poderá, no futuro, ver com bons olhos uma **aproximação à União Europeia.**

No decorrer deste Seminário, foram colocadas algumas questões aos Oradores, sendo de destacar a intervenção do **Senhor Deputado Paulo Pisco** (PS, CNECP), que inquiriu sobre os efeitos geoestratégicos que a Rússia pretende alcançar por via da sua presença, apoio e influência, em enclaves tais como o Nagorno-Karabakh, Ossétia do Sul ou Kaliningrado, visto o seu potencial desestabilizador, a nível regional.

9h30 - 11h00: Sessão V – Os caminhos para fortalecer a Defesa Europeia

O Ministro da Defesa da República da Estónia, **Jüri Luik**, referiu ser seu entendimento que a ameaça atual justifica que a UE desenvolva capacidades na área da Defesa. Os exercícios militares da Rússia – **ZAPAD** – têm sido um pretexto para o **aumento da propaganda do regime** russo junto dos seus cidadãos e, tendo em conta, que este tipo de exercícios se prolongam no tempo, a UE deve funcionar como contraponto, utilizando medidas de âmbito político para deter as aspirações russas, tais como as **sanções económicas.**

Sobre a **PESCO**, considera essencial que este é um passo em direção a uma maior integração no âmbito da Defesa e referiu que, no âmbito do Conselho da União Europeia, foi discutida qual a melhor abordagem para a sua implementação. Parece existir vontade política na participação, sendo essencial manter os critérios para a concretizar, num âmbito flexível, de forma a, não coartar a adesão dos Estados-membros, uma vez que, os Tratados nada prevêm sobre uma União para a Defesa. Não obstante, a criação do **Fundo Europeu de Defesa** é um passo nessa direção.



Nessa medida, a UE deve debater quais deverão ser as estruturas a criar para suportar uma possível União no âmbito da Defesa, não esquecendo, no entanto, que não deve ser criadas expectativas desproporcionadas sobre onde estamos e o que podemos alcançar nesta fase inicial.

Seguiu-se o Secretário-adjunto Geral para a Diplomacia Pública da NATO, **Embaixador Tacan Ildem**, referindo que vivemos um momento muito desafiante no âmbito da segurança. Nessa medida, a **cooperação UE-NATO** é essencial, sem do fundamental mobilizar ferramentas comuns de defesa. Na **Cimeira de Varsóvia** foi assinada a declaração conjunta sobre cooperação (ver agenda anotada), na qual foram identificadas quais as áreas de cooperação, e propostas **42 medidas** para a sua execução, sendo que, os princípios orientadores para a sua implementação devem ser os da **complementaridade e coordenação**.

Sobre os exercícios **ZAPAD**, a Rússia afirmou que o contingente envolvido é inferior a 13 mil soldados, o qual está acima das regras de Viena (OSCE), o que obriga a uma troca de informações, sendo a estimativa da NATO de que o número seja muito superior ao relatado, pelo que, importa monitorizar estes movimets militares e promover a modernização daquelas regras.

Por fim, tomou a palavra o Vice-Presidente do Conselho Europeu para os Negócios Estrangeiros ea antigo presidente da Suécia, **Carl Bildt**, colocando à partida a seguinte questão: será a Defesa europeia o rumo certo? Não sabe a resposta. A defesa territorial da UE pode ser uma atribuição da UE e realizada sem a NATO mas esta organização tem-se revelado essencial. O artigo 5.º, parágrafo 42.7 define quais são os processos a adotar. Não obstante existe um problema que se coloca aos ministros da Defesa e da Administração Interna na sua aplicação.

A prossecução da **PCSD** é importante mas debate-se com um problema que é o Brexit. Como suprir o vazio deixado pela **falta de financiamento do Reino Unido**. Será necessário reestruturar as operações Sophia e Atlanta, as quais utilizam meios militares do Reino Unido e da Turquia. A solução poderá passar pela criação de uma indústria europeia de Defesa. Existindo vontade política para avançar nesse sentido, é ainda necessário resolver a questão de financiamento dos **battlegroups** e aumentar o número de exercício militares conjuntos com a ajuda da **NATO**.

No Debate que se seguiu intervieram vários participantes, dos quais, se destaca o **Senhor Deputado Carlos Costa Neves** (PSD, CDN) que tomou a palavra para enfatizar como a NATO é essencial à defesa coletiva da UE, mas referir que é essencial não duplicar estruturas. Se a meta de despesa de dois por cento não for atingida quais serão as consequências para a cooperação entre a NATO e a UE e para a credibilidade da defesa coletiva da UE?

Na resposta à questão colocada pelo Senhor Deputado, os Oradores disseram o seguinte:



Jüri Luik – a melhoria da coordenação e da eficácia passará sempre pela vontade política de atuar em conformidade. Existe de facto, uma grande diversidade de material militar porque se trata de uma atribuição dos Estados-membros, o que implica questões complexas como a perda de postos de trabalho, porque neste setor existe um único cliente que é o Estado.

Embaixador Tacan Ildem - a defesa e segurança interna e externa da UE está dependente também da sua cooperação com a NATO. A questão do aumento da despesa na área da Defesa é importante mas, sobretudo, o que é essencial é a existência de vontade política para aumentar a ambição da UE na sua capacidade de defesa comum.

Carl Bildt – a Turquia, o Reino Unido e a Noruega são atores importantes na defesa europeia. A questão essencial passa pela forma como os gastos em defesa são aplicados. Não deverá haver duplicação se os Estados-membros trabalharem nesse sentido, com a ajuda da UE.

11h30 - 13h00: Sessão VI – aspetos práticos de um mundo híbrido, incluindo, a esfera do ciberespaço e a comunicação estratégica

Tomou a palavra o Chefe do Grupo de Missão East StratCom do Serviço Europeu de Ação Externa, **Giles Portman**, referindo que este grupo de missão foi criado junto do Serviço de Ação Externa da União Europeia (SEAE) por mandato da Conselho.

Esta decisão foi tomada, no seguimento da campanha que a **Rússia** tem prosseguido de confronto, utilizando **meios de propaganda**, e de estratégia concertada de **desinformação**. Os alvos desde grupo de missão têm sido a agência Sputnik. Esta questão foi originada pela decisão da EU de aprofundar a **Parceria Oriental**, situação que levou a Rússia a considerar que o seu poder de influência na região estava a ser minado.

Os instrumentos utilizados por grupo de missão são o **apoio ao jornalismo de qualidade**, à promoção da liberdade de imprensa a leste, região onde é importante apoiar jornalistas independentes a prosseguirem o seu trabalho. Esse apoio é **prestado através de formação e de financiamento das suas atividades**.

O objetivo é **contradizer as mensagens diárias** que saem do Kremlin, através de um [website](#) no qual demonstram como essas mensagens são erradas, distorcidas ou que falseiam a realidade. Referiu que **cinquenta por cento da desinformação é produzida pela Rússia**.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Tomou, em seguida, a palavra o Director-geral da Autoridade do Sistema de Informação da República da Estónia, **Taimar Peterkop**, referindo que os sistemas de informação que foram pirateados no Ocidente e no Bangladesh, são resultado de **ações de Governos**, tais como a Coreia do Norte, que estão a utilizar a ciberesfera para aumentar a sua influência e projetar o seu poder, assim como, de organizações criminosas.

As ligações históricas entre os serviços secretos dos Estados e as organizações criminosas são um exemplo de como é difícil distinguir a identidade dos agentes que perpetram estes ataques. Neste novo método de guerra, podem ser utilizados diferentes meios, tais como, **meios tecnológicos** como aconteceu durante as eleições nos EUA.

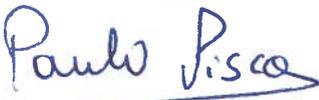
O desenvolvimento dos meios tecnológicos tem sido tão acelerado que os Governos não têm conseguido responder a estes novos desafios. No ciberespaço os Estados podem desenvolver um tipo de guerra que não é possível desenvolver no terreno, pelo que, todos os sistemas de informação existentes podem ser alvo deste tipo de ataques ofensivos.

A Estónia conseguir evoluir no sentido de criar uma sociedade digital, onde existe o voto eletrónico, graças a uma liderança política que apontou nesse sentido, pelo que, é necessário mesmo tipo de liderança política para responder a estes desafios. Os ataques no ciberespaço serão cada vez mais frequentes e é, por isso, que mais medidas terão ser tomadas a esse nível.

No Debate que se seguiu intervieram vários participantes, dos quais, se destaca o **Senhor Deputado Paulo Pisco** (PS, CNECP) que tomou a palavra para fazer referência à cooperação entre a UE e a NATO no âmbito da cibersegurança e ao combate às campanhas de desinformação, questionando sobre qual é o nível de eficiência da estratégia que está a ser desenvolvida. Na resposta à questão colocada pelo Senhor Deputado, o Orador **Giles Portman** referiu que a cooperação com a NATO permite obter uma análise detalhada da informação a qual é depois utilizada e divulgada pelo grupo de missão, sendo que, a informação à qual estão mais atentos é a que diz respeito às campanhas de desinformação da Rússia. No que diz respeito à eficiência, são uma equipa pequena, com pouco financiamento, que procura fazer o melhor que pode para combater uma máquina poderosa como é a máquina russa de desinformação.

Palácio de S. Bento, 25 de outubro de 2017,

Pela Delegação da Assembleia da República,


(Paulo Pisco)